

Cosipar cede à lei em siderúrgica de Marabá

BELÉM — A Companhia Siderúrgica do Pará (Cosipar), do grupo Itaminas, no município de Marabá, perto do Programa Grande Carajás (no sul do estado), vai começar a consumir coque mineral para a produção de 10 mil toneladas/ano de ferro-gusa, adaptando-se às exigências de preservação ambiental do governo federal. A maior siderúrgica em funcionamento no distrito de Marabá vinha consumindo grandes quantidades de carvão vegetal nos últimos três anos, mesmo sem ter aprovado seu Projeto Integrado Floresta-Indústria (Pifi), que prevê o plantio de árvores para as indústrias consumidoras de carvão vegetal.

O secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, fez pressão junto ao governo para que fosse dada uma solução ao caso das siderúrgicas de Carajás, que estavam incentivando os caboclos da região a produzir carvão vegetal em fornos caseiros, contribuindo ainda mais para a devastação da floresta tropical úmida do sul do Pará.

A decisão da Cosipar de se enquadrar nas exigências feitas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) foi tomada no final da semana passada, durante a reunião do conselho deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) presidida pelo secretário do Desenvolvimento Regional, Egberto Batista, com a presença de três gover-

nadores da região. O governo federal injetou CR\$ 23 bilhões em incentivos fiscais do Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam) para que a Cosipar começasse a fazer ferro-gusa utilizando o minério de ferro fornecido pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) produzido na serra dos Carajás. Como se instalou em Marabá sem ter seu plano de manejo florestal aprovado, a Cosipar comprava o carvão vegetal em serrarias de Marabá e de pequenos agricultores da região, que passaram a derrubar a mata nativa para a produção de carvão em fornos caseiros. Lutzenberger chegou a ameaçar, em maio do ano passado, a abandonar o governo caso não houvesse solução para o caso das siderúrgicas, apontadas como grandes destruidoras da floresta tropical úmida em toda a região.

Além da Cosipar, Lutzenberger defende o enguadramento das demais usinas siderúrgicas existentes na área de influência de Carajás, principalmente nos municípios maranhenses de Açailândia e Pindaré-Mirim, que também entraram em funcionamento de forma irregular, sem a aprovação do Pifi. O mesmo aconteceu com a Siderúrgica de Marabá (Simara), que foi multada em mais de CR\$ 100 milhões há dois anos pela fiscalização da Operação Amazônia do Ibama, por estar estocando carvão irregularmente. **(R.B.)**



Ao adquirir o carvão vegetal que os caboclos produzem em fornos caseiros, as siderúrgicas incentivam o desmatamento no sul do Pará

Pesquisa mostra que Carajás tem cobre de bom teor

Fernando Lacerda

BELO HORIZONTE — Após três anos de pesquisa, o engenheiro metalúrgico Paulo Roberto Prates Mazoni de Andrade, do Centro de Pesquisa da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), constatou que a qualidade do concentrado de cobre existente na imenda jazida daquele minério, descoberta pela empresa há 15 anos na Serra de Carajás e até o momento inexplorada, é de alta qualidade, comparado aos concentrados existentes no Chile, que são considerados os melhores do mundo.

A pesquisa serviu de base à sua tese de mestrado em metalurgia extrativa no curso de pós-graduação em Engenharia Metalúrgica e de Minas da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Estudos anteriores ao de Paulo Roberto Mazoni indicavam que devido à sua diferente natureza mineralógica (o cobre encontra-se na forma de dois sulfetos: bornita e caucocita), o composto concentrado chamado *salobo* contém teores elevados de cobre (de 38% a 40%), mas índices relativamente baixos de ferro e enxofre, responsáveis pelo poder energético do cobre.

“O cobre da Vale em Carajás tem 20% de teor de ferro e 12% de enxofre, enquanto os melhores compostos do mundo tem teores em torno de 30% das duas propriedades”, afirmou o pesquisador. “O nosso concentrado contém ainda quantidade significativa de carbono, na forma de grafita, e também grandes teores de ouro, prata e molibidênio”, disse o engenheiro metalúrgico. “Como o processo de produção do *matte* (cobre mais concentrado), usado em todo o mundo atualmente, é o *Flash Smelting*, que utiliza o calor dos sulfetos para fazer a reação e fundição, surgiram várias dúvidas sobre a viabilidade de se utilizar o concentrado *salobo* de Carajás”.

Resultados da pesquisa mostraram que a quantidade de calor liberada pelo concentrado *salobo*, apesar do baixo teor de ferro e enxofre, se aproxima bastante daquelas liberadas pelos melhores concentrados.

7/9/91

Carajás bate recorde de produção este ano

Ronaldo Brasiliense

BELÉM — A crise econômica brasileira passa ao largo do projeto Ferro-Carajás, no sul do Pará. A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) vai produzir este ano 34,06 milhões de toneladas de ferro, superando em mais de um milhão de toneladas a produção do ano passado. Individualmente o Japão é o maior cliente da Vale em Carajás. “O Japão absorve 36% da produção total”, revela o superintendente de Minas do Projeto Carajás, Marconi Tarbes Viana. A CVRD, segundo Viana, também está negociando contratos com países asiáticos e, já a partir do ano que vem, o ferro de Carajás estará sendo exportado para China e países do leste europeu. “Na Europa, que responde por 51,6% de todo o volume exportado, o principal cliente da Vale é a Alemanha”, revelou Marconi Viana.

Encravado na maior província mineral do planeta, com reservas de 18 bilhões de toneladas de minério de ferro de alto teor, o projeto Ferro Carajás propiciará à Vale, este ano, um faturamento superior a US\$ 600 milhões. Em 1992, a CVRD espera atingir a meta inicial do projeto: produzir 35 milhões de toneladas de ferro, destinando quase a totalidade dessa produção ao mercado internacional. Atualmente, a produção de ferro em Carajás está restrita à jazida denominada N-4, que ainda terá 50 anos

de vida útil. A jazida de 18 bilhões de toneladas garante ao projeto uma duração de no mínimo 500 anos. O ferro vem sendo escoado através da ferrovia Carajás-Ponta da Madeira, em São Luís, Maranhão.

Ecologia — Preocupada com as repercussões da questão ambiental, a Companhia Vale do Rio Doce mantém em Carajás uma área de 411 mil hectares como reserva ecológica — com autorização do Senado Federal — e firmou convênios com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para manutenção de outras três áreas ao norte da Serra dos Carajás, cedendo ainda helicópteros para que o Ibama controle os focos de incêndio observados em toda a região do Programa Grande Carajás, uma área de 900 mil quilômetros quadrados.

Além de superar o recorde obtido ano passado na produção de ferro, a CVRD continua investindo na produção de manganês — produzindo um milhão de toneladas por ano — e inicia ainda este ano uma lavra mecanizada no Igarapé-Bahia, de onde vai retirar quatro toneladas de ouro por ano já a partir de 1992. Outro projeto da CVRD em Carajás será a exploração da mina de cobre da Serra do Salobo, com jazida avaliada em 1,2 bilhão de toneladas de cobre. No projeto Salobo, a CVRD já investiu US\$ 300 milhões.

JB 22/8/91 Neg. 7 7

Vale a caminho da co-gestão

● Empresa assina convênio com Infra-Estrutura e define metas

R.T. Fassanelo

A Companhia Vale do Rio Doce está entrando no processo de co-gestão, passando a ganhar mais autonomia, como se fosse uma empresa privada, mas estabelecendo, em contrapartida, metas a serem alcançadas. "Não queremos um instrumento de liberdade, mas sim maior autonomia para atingir metas", disse o presidente da CVRD, Wilson Brumer.

No último dia 16, foi assinado convênio de desempenho, entre o Ministério da Infra-Estrutura e a Vale, em Itabira (MG). Este é o primeiro passo para chegar ao contrato de co-gestão: o prazo de experiência será, a princípio, de um ano. Mas a estatal já definiu regras claras de produtividade, resultado, redução no quadro de pessoal e produção, para o final de 1991. As metas para o ano que vem também começaram a ser estabelecidas.

Atualmente, a CVRD conta com 19.179 empregados, mas chegou a ter 23.415, em 1989. A maior redução aconteceu na área administrativa, mas desta vez, os cortes deverão acontecer no setor diretamente ligado à produção. "Não chega a ser nada expressivo. Pretendemos fechar o ano com 19 mil funcionários", disse o presidente da Vale. Mas as metas não param por aí. A produtividade de cada empregado era de US\$ 84.939, em 1989, subiu para US\$ 95.098, no ano passado, e deverá chegar a US\$ 114.344, no final de 1991. A receita da holding (ou conglomerado) esperada para este ano é de US\$ 4,3 bilhões e a exportação deverá chegar a US\$ 2,5 bilhões.

Decretos — Brumer explicou que não pode prever quando a co-gestão começará



Brumer: tratando a União como sócio

efetivamente a funcionar. Afinal, depende ainda do governo aprovar algumas mudanças importantes e autorizar, na prática, a maior autonomia da estatal. A questão de preço não é tão importante como acontece no caso da Petrobrás: o minério de ferro, principal produto da Vale, tem cotação internacional, ao contrário dos combustíveis, muito ligados à política governamental. Mas, há outros pontos a serem melhor definidos, como a liberdade para admitir, demitir e pedir empréstimos.

Isto poderia ser resolvido com decretos

do presidente, mas há outros problemas que ainda precisariam ser encaminhados para resolução do Congresso. O presidente da CVRD usa como exemplo a proibição para estatais terem contas em bancos privados, operarem no mercado financeiro ou utilizarem companhia aérea estrangeira em uma missão internacional. "Já somos considerados uma empresa com cara de privada, mas precisamos criar uma relação com o acionista controlador, ou seja, a União, como se fosse de um sócio." Brumer lembrou ainda que seria muito fácil apenas transferir a responsabilidade para o governo por não conseguir maior eficiência. "Não queremos isto. As metas são justamente para depois poder existir uma cobrança", completou.

□ Várias operações financeiras serão fechadas pela Companhia Vale do Rio Doce, nos próximos meses, para alongar o perfil de sua dívida de curto prazo, hoje por volta de US\$ 600 milhões. O lançamento de debêntures cambiais, no valor de US\$ 100 milhões, já está quase todo colocado e a securitização junto ao Citibank de outros US\$ 100 milhões (atrelando a dívida a contratos de exportações de minério futuras) também deverá entrar nos cofres da estatal, até o próximo dia 28. Segundo Wilson Brumer, presidente da CVRD, ainda são estudados dois lançamentos de bônus no mercado europeu, um de US\$ 100 milhões, com prazo de três anos e outro de US\$ 50 milhões, em cinco anos. Até o final deste ano, deverão ser emitidos ainda *commercial papers*, no valor de US\$ 100 milhões. "Queremos explorar papéis diferentes e conseqüentemente mercados distintos", explicou Brumer.